Juventude rural e reconversão produtiva na construção da Indicação Geográfica dos cafés especiais do Alto Noroeste do Rio de Janeiro

Rural youth and productive reconversion in the construction of the Geographical Indication for specialty coffees in the Upper Northwest of Rio de Janeiro

Lucas Moretz-Sohn David Vieira
IFF campus Bom Jesus do Itabapoana. Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro (RJ), Brasil
Gabriela Luiza Pacheco da Silva
UENF. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (RJ), Brasil
Hector dos Santos Facco
EMATER-RS. Tunas, Rio Grande do Sul (RS), Brasil
Hilton Lopes Galvão
IFF campus Bom Jesus do Itabapoana. Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

GT 13 - Estudos interdisciplinares no rural

Resumo: Analisamos neste artigo a atuação da juventude rural do Alto Noroeste do Rio de Janeiro no processo de reconversão produtiva, com foco na produção de cafés especiais e na estruturação da Indicação Geográfica (IG). Nossa pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica, observação direta em campo e quatro entrevistas semiestruturadas com produtores locais. Nossos resultados revelam que os jovens exercem um papel de protagonismo na continuidade da cafeicultura familiar, atuando como vetores de inovações técnicas que qualificam a produção e fortalecem as estratégias coletivas da região. Nosso estudo discute, ainda, a dimensão ambiental da IG, evidenciando a substituição gradual da pecuária extensiva pela cafeicultura sustentável, com o uso crescente de insumos biológicos na atualidade e o próprio cultivo realizado conservando a vegetação nativa. Concluímos que esses jovens operam como mediadores essenciais entre a tradição e a inovação, superando a dicotomia entre permanecer ou abandonar o campo e consolidando novos caminhos para o desenvolvimento regional sustentável por meio da valorização do território.
Palavras-chave: produção cafeeira, agricultura familiar, sucessão familiar, conservação ambiental

Abstract: In this article, we analyze the role of rural youth in the Upper Northwest region of Rio de Janeiro in the process of agricultural restructuring, with a focus on specialty coffee production and the establishment of a Geographical Indication (GI). Our research adopts a qualitative and exploratory approach, based on a literature review, direct field observation, and four semi-structured interviews with local producers. Our results reveal that young people play a leading role in the continuity of family coffee farming, acting as agents of technical innovations that improve production quality and strengthen collective strategies in the region. Our study also discusses the environmental dimension of the GI, highlighting the gradual replacement of extensive livestock farming by sustainable coffee farming, with the growing use of biological inputs today and cultivation practices that preserve native vegetation. We conclude that these young people act as essential mediators between tradition and innovation, overcoming the dichotomy between staying in or leaving the countryside and consolidating new paths toward sustainable regional development through the enhancement of the territory.
Keywords: coffee production, family farming, family succession, environmental conservation

Introdução

Podemos notar nas últimas décadas que a juventude rural tem assumido um papel cada vez mais importante nas transformações que ocorrem no meio rural brasileiro. Longe de representar apenas uma etapa transitória do ciclo de vida, a condição de jovem rural nos mostra ser como uma construção social marcada por disputas simbólicas, diferentes trajetórias e formas

de inserção nos territórios. Essas experiências são marcadas por questões como a sucessão familiar, a permanência nas atividades produtivas e com os projetos de futuro.

Tradicionalmente, a maioria dos estudos sobre juventude rural que temos no Brasil esteve associada à migração e ao esvaziamento do campo, ressaltando as dificuldades de permanência das novas gerações nas atividades agrícolas. Contudo, mudanças recentes nas dinâmicas produtivas e nas formas de organização social tem nos mostrado novos cenários, em que jovens passam a assumir papéis estratégicos na continuidade das atividades familiares, na adoção de novas tecnologias e na valorização de produtos. Isso nos reforça a ideia de que a juventude não pode ser entendida apenas como um grupo em transição para o mundo adulto, mas sobretudo como ator social capaz de influenciar processos produtivos, organizativos e territoriais.

O Alto Noroeste do Rio de Janeiro verificamos um movimento de reestruturação agrícola pautado na valorização dos cafés especiais. Historicamente, o território viveu ciclos econômicos distintos, nos quais a cafeicultura teve grande importância, sendo posteriormente substituída pela pecuária extensiva. Atualmente, podemos observar uma retomada da produção cafeeira, mobilizando instituições e, principalmente, jovens que adotam novas práticas de qualificação produtiva.

Com isso, podemos notar o crescente reconhecimento da qualidade e da singularidade dos cafés produzidos no Alto Noroeste do Rio de Janeiro, tendo em vista a busca pelo registro de Indicação Geográfica. Mais do que um instrumento jurídico ou econômico, podemos compreender Indicação Geográfica como um processo territorial que articula identidade, saberes locais, organização social e estratégias coletivas de valorização do produto e do lugar. Além disso, a literatura recente nos aponta a necessidade de discutir as implicações ambientais das IGs. Esses instrumentos nos mostram o estímulo às práticas sustentáveis ou, em alguns contextos, favorecer a intensificação agrícola. Nesse cenário, a participação das novas gerações assume importância central. Os jovens atuam como mediadores entre tradição e inovação, contribuindo para a continuidade das práticas e para novas formas de inserção no mercado.

Dessa forma, partimos do entendimento de que a juventude rural não atua apenas como continuidade geracional das atividades agrícolas, mas como agente socioterritorial capaz de mediar processos de inovação produtiva, reconfiguração territorial e redefinição das relações entre produção e meio ambiente no contexto da Indicação Geográfica. Para compreender essas dinâmicas, analisamos evidências empíricas obtidas por meio de entrevistas com produtores locais e observação das práticas produtivas na região. O objetivo do nosso trabalho é analisar a

contribuição da juventude rural do Alto Noroeste do Rio de Janeiro para a reconversão produtiva e a valorização dos cafés especiais. Buscamos também compreender como essa atuação fortalece a região através da Indicação Geográfica, com ênfase nos benefícios ambientais desse processo.

2. Revisão da Literatura

2.1. Bases para compreender a categoria juventude

O termo juventude pode tornar-se apenas uma palavra, como nos afirma Pierre Bourdieu (1983), caso uma análise mais aprofundada não seja realizada abordando os contextos espaço-temporais em que essa categoria foi construída e disseminada, passando a generalizar a experiência de ser jovem.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, sigla em inglês) a partir da Conferência Internacional sobre Juventude realizada em 1964, passou a considerar o termo juventude como um período de transição, uma fase da vida humana que se inicia na adolescência e envolve processos de socialização e de atribuição de papéis específicos. Para Carneiro e Castro (2007) a juventude representa uma etapa de aprendizagem e preparação para a vida adulta (Carneiro; Castro, 2007; Castro, 2005). No cenário do nosso país (Brasil), a regulamentação dessa categoria buscou assegurar direitos por meio de dispositivos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude (EJ). Nesse sentido, o ECA considera adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos (Brasil, 1990), já o Estatuto da Juventude conceitua os jovens como aqueles que possuem idade entre quinze e vinte e nove anos (Brasil, 2013). Reforçando essas iniciativas, podemos também destacar o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que estabelece um meio de articular e organizar a União, os estados, Distrito Federal, municípios e a sociedade civil para a promoção de políticas públicas direcionadas para a juventude brasileira (Brasil, 2013)

Quando falamos sobre a forma como a categoria “juventude” é vista no Brasil, ela está constantemente associada a certos substantivos e adjetivos, tais como “vanguarda”, “transformadora” e “questionadora”. Paralelamente, o “jovem” é também definido como alguém “em formação”, “inexperiente” e “sensível”, sendo também vinculado a comportamentos considerados inapropriados, atos criminosos e de violência (Castro, 2009). Esses termos divergentes nos dizem que, ao mesmo tempo em que são tidos como agentes de transformação, os jovens também são reconhecidos como sujeitos que precisam de formação e orientação para se reconhecerem e assumirem seus respectivos papéis sociais (Troian *et al.*,

2018). Além disso, quando falamos sobre a condição juvenil no Brasil, rapidamente pode-se perceber realidades extremamente desiguais, definidas pela origem social, pela classe, pela condição de gênero, pelo local de moradia, entre outras razões que se relacionam com as experiências dos jovens brasileiros (Simão, 2025). Essa pluralidade nos evidencia que, independentemente do contexto rural ou urbano, ser jovem no Brasil é um fenômeno muito relacionado à construção social, cultural e histórica. Tais fatores impedem uma interpretação homogênea do sujeito. Ao reconhecermos essas diferenças, podemos perceber as distintas posições que os jovens ocupam nos diversos espaços sociais. Essa diversidade faz com que possamos afirmar que há de fato, juventudes, no plural, pois os jovens vivenciam realidades sociais diferentes e, a partir dessas vivências, constroem identidades tanto individuais quanto coletivas (Menezes, 2025).

Ao considerarmos as distinções entre os espaços, podemos notar que os marcadores de ingresso na vida adulta para jovens urbanos associam-se ao término dos estudos e, a entrada no mercado de trabalho para os jovens rurais ocorre, frequentemente, de forma precoce, auxiliando os pais no trabalho rural desde criança (Martins, 2020). Observamos que essa inserção laboral antecipada, longe de ser apenas uma repetição de padrões antigos, tem sido ressignificada no Alto Noroeste do Rio de Janeiro, através do engajamento juvenil na produção de cafés especiais.

2.2. O reconhecimento político dos jovens rurais

Ao abordarmos sobre juventude rural, importante frisar como esse reconhecimento foi sendo construído, com seu início remontando à década de 1940, quando jovens do meio rural já buscavam se organizar social e politicamente, muitas vezes mediados pela Igreja Católica. Como ocorreu em 1947, com o surgimento da Juventude Agrária Católica (JAC), que possibilitou a ampliação desses jovens por todo o país ao longo da década de 1950 (Barcellos, 2014).

Mas foi somente a partir da década de 1990, que podemos notar uma intensificação no tratamento institucional da juventude rural. Sob a influência de organismos internacionais e de reformas orientadas ao ajuste estrutural, o tema passou a ser inserido na agenda estatal, sobretudo pelo viés da inserção produtiva e da qualificação para o mercado de trabalho. Durante o governo FHC, surgiram programas direcionados à juventude com perfil majoritariamente compensatório e preventivo. Tais ações focavam na redução da vulnerabilidade social e no controle do chamado “tempo livre”, carecendo de uma formulação específica que considerasse a juventude rural como um segmento diferenciado. O maior destaque desse período foi o

Programa Alfabetização Solidária (AS), criado em janeiro de 1997 para reduzir os índices de analfabetismo. Para o ingresso dos municípios nesse programa, priorizaram-se localidades com maiores taxas de analfabetismo na faixa etária entre 15 e 19 anos, com foco nas áreas rurais das regiões Norte e Nordeste (Peres, 2005).

A virada para os anos 2000 consolidou um novo paradigma, no qual podemos perceber que as políticas públicas permitiram o maior reconhecimento e visibilidade para esses sujeitos. Esse período caracterizou-se pela amplificação da mobilidade entre o rural e o urbano, impulsionada pela diversificação das oportunidades de trabalho, pelo aumento da escolarização e pelo maior acesso à comunicação (Favareto et al., 2025). Os primeiros projetos específicos para este público instituíram linhas como o Pronaf-Jovem e o Nossa Primeira Terra (no contexto do PNCF), ambos lançados em 2004. Além dessas políticas, diversas ações foram implementadas em estreita relação com movimentos sociais e sindicais, enfatizando a importância da temática para o desenvolvimento nacional (BarcellosS, 2015). Já nos anos 2010, um marco relevante para o diálogo entre governo e sociedade civil ocorreu no I Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, realizado em 2012. O encontro reuniu diversos ministérios, além de jovens do campo e de comunidades tradicionais, permitindo a ampliação do debate sobre as iniciativas existentes e a proposição de novas ações (Menezes; Stropasolas; Barcellos, 2014).

Apesar desses avanços, as políticas voltadas para a juventude rural ainda enfrentam desafios de continuidade e limitações orçamentárias. Pois vemos que compreensão das múltiplas realidades desse público e a ampliação de sua participação social permanecem como questões centrais para a formulação de políticas consistentes. Por isso devemos continuamente estudar sobre esta categoria, para que possamos fundamentar o desenvolvimento sustentável e a sucessão familiar nos territórios produtivos (Barcellos, 2017).

2.3. O que dizem os estudos sobre juventude rural

Geralmente compreendemos juventude rural como uma categoria genérica que abrange um conjunto heterogêneo de jovens não urbanos. Essa categoria vincula-se a estruturas socioeconômicas, identitárias e regionais, além de estar conectada à participação política em instâncias de luta social. Por essa complexidade, a literatura especializada nos recomenda a utilização do termo "juventudes", no plural (Martins, 2020). Kummer (2013, p. 202) corrobora com essa visão ao nos afirmar que não existe um modelo único de jovem rural, mas sim atores

sociais que se diferenciam mesmo quando agregam características e pertencimentos identitários correlatos.

A gênese dos estudos sobre o tema no Brasil remonta à segunda metade da década de 1990, época que o reconhecimento institucional dessa categoria ocorreu em nosso país, como vimos na seção anterior (Martins, 2020). Durante um longo período, as pesquisas orientaram-se por duas abordagens centrais e, por vezes, problemáticas: a emigração e a sucessão familiar. Ambas pautavam-se na tendência de deslocamento das áreas rurais para as urbanas em busca de melhores condições de vida (Santos, 2019).

No entanto, a partir da segunda metade dos anos 2000, o foco das investigações foi ampliado. No âmbito da implementação de novas políticas de desenvolvimento, vemos que os estudos passaram a contemplar também os fatores que motivam a permanência dos jovens no campo. Essa mudança foi impulsionada pelas transformações econômicas e sociais das últimas décadas, que estabeleceram a juventude rural como um ator político relevante em movimentos sociais (Martins, 2020). Esse novo cenário político impactou diretamente nossa produção acadêmica, quando vemos que o aumento do número de pesquisas redirecionado o olhar para a compreensão da permanência e para o debate de dois postulados frequentes: a oposição entre o "projeto individual" e o "projeto familiar", e a dicotomia campo–cidade, expressa no binômio "ficar ou sair" (Martins, 2020). Em vez de restringir a análise à impossibilidade de um futuro no meio rural, as abordagens mais recentes nos enfatizam a heterogeneidade juvenil, onde os jovens são tratados como sujeitos com diferentes visões de mundo e estratégias de vida (Favareto et al., 2025).

Contudo, podemos notar que a abordagem do êxodo rural e suas consequências para a sucessão ainda permanecem dominantes em parte da produção científica (Martins, 2020). Além disso, vemos que os temas ligados à juventude rural historicamente concentraram-se nas áreas de Educação e Sociologia, partindo da premissa de que a fragmentação social seria um fenômeno predominantemente urbano (Menezes, 2025). Por outro lado, também podemos percebemos que as vivências mais recentes da juventude rural nos demandam a superação de certas limitações teóricas. É necessário considerarmos dois fenômenos centrais: a crescente interdependência entre os espaços urbano e rural, facilitada pelas redes de transporte e tecnologias de comunicação; e a importância das experiências de migração e trabalho urbano na conformação dos projetos de futuro, mesmo para aqueles que mantêm o rural como espaço de realização. Portanto, não devemos reduzir o jovem do campo a atividades exclusivamente

agrícolas. Devemos considerar em nossos enfoques teóricos o conjunto das relações sociais, reconhecendo esses sujeitos como inseridos em diversas dimensões da vida (Menezes, 2025).

É nesse contexto de multidimensionalidade que inserimos a discussão da Indicação Geográfica (IG). O critério para o reconhecimento de um produto sob o regime de IG não se restringe à atividade agrícola primária. No meio rural, vemos que esses produtos adquirem valor ao incorporar nuances que vão além do cultivo, incluindo a tradição familiar e o saber-fazer local. Nessa dinâmica, a juventude cumpre um papel essencial ao atuar como o elo de continuidade e inovação técnica necessário para a manutenção do patrimônio territorial.

2.4. Indicação Geográfica e a importância da juventude

Vemos que, historicamente, as Indicações Geográficas (IGs) surgiram para proteger produtos contra falsificações e concorrência desleal. Um marco inicial desse processo foi o registro do Vinho do Porto, em Portugal, no ano de 1756. Na França, o viés de reconhecimento territorial consolidou-se em 1919, com a primeira IG formalizada no país (Venâncio et al., 2023; Cerdan; Delfosse; Wilkinson, 2009). No Brasil, esse movimento é mais recente, tendo como marco inaugural o reconhecimento dos vinhos do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, em 2002 (Froehlich; Dullius, 2012).

No plano jurídico brasileiro, temos que a aprovação do Acordo TRIPS, em 1994, instituiu critérios fundamentais para a proteção da propriedade intelectual, sendo adotado pelo Decreto nº 1.355/1994. Posteriormente, com a Lei nº 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial - LPI), tivemos o estabelecimento das regras gerais para o reconhecimento das IGs nos artigos 176 a 182, definindo as duas modalidades vigentes no Brasil (Silva et al., 2023). A primeira, a Indicação de Procedência (IP), que nos atribuiu o reconhecimento de um nome geográfico como centro de produção ou extração, focando na reputação e no renome histórico dessa região e produto (Brasil, 1996; Saldanha et al., 2023). A segunda, a Denominação de Origem (DO), nos identifica produtos cujas qualidades se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, abrangendo tanto fatores naturais quanto humanos (Brasil, 1996; Almeida et al., 2024). Assim, estrutura, complementada pela Portaria INPI nº 4/2022, viabiliza a proteção da identidade regional e do seu *terroir*. A expressão *terroir*, que constantemente vinculamos aos vinhos (por influência da França e sua forte experiência nesse contexto de denominação de origem), também podemos aplicar a outros produtos agropecuários. Ela nos alude não apenas às características naturais, mas também aos fatores simbólicos, tradições de defesa coletiva e meios de organização social que agregam valor à produção territorial (Venâncio et al., 2023).

Desse modo, o fortalecimento da imagem de um produto qualifica a competitividade de todo o sistema econômico e social local (Caldas et al., 2017)

Porém, o registro Indicação Geográfica por si só não seria suficiente para consolidar a valorização do produto de um território. Por isso devemos mencionar a importância do associativismo/cooperativismo para a garantia e a longevidade do desenvolvimento regional e da IG. Pois a organização social em torno da IG fortifica o protagonismo local, o sentimento de pertencimento e o estabelecimento de visões coletivas de futuro. Além disso, a participação da sociedade em todo o processo compõe um dos pilares da implementação e da efetivação dessas políticas territoriais (Venâncio *et al*., 2023). Ademais, a necessidade de organização social para atingir a participação e a ação coletiva na constituição e gestão das IGs é reforçada por Milano e Cazella (2021), que nos afirmam a importância do envolvimento dos diversos atores sociais nos sistemas produtivos associados às Indicações Geográficas, principalmente o público beneficiário desse processo. Pellin (2019) também nos destaca que o protagonismo dos produtores locais pode fomentar o desenvolvimento regional, quando estabelece a cooperação entre os atores envolvidos, favorecendo o capital social e criando espaços coletivos de discussão e tomada de decisão sobre o território. Por isso é importante reforçarmos a importância da organização dos produtores e a criação de conselhos reguladores responsáveis pela gestão da IG (Pellin, 2019).

Por outro lado, temos que entender que manutenção e a longevidade dessas organizações dependem da inserção da juventude[1] nos processos de gestão, pois essa categoria desempenha papel estratégico na renovação das lideranças de cooperativas e associações (Silva et al., 2022). Também devemos entender que a participação social dos jovens rurais nessas instâncias está diretamente vinculada à sucessão familiar e à busca por qualidade de vida, contribuindo para a resiliência do meio rural e para o fortalecimento das atividades produtivas territoriais. Além da organização dos produtores, a também devemos remarcar que a IG contribui para a aproximação entre produtores e consumidores com o estabelecimento de cadeias de comercialização mais curtas, a dinamização econômica local, o estímulo à atividade turística, a permanência da população nas áreas rurais e a redução da pobreza rural (Milano e Cazella, 2021). Um exemplo que podemos mencionar é o da Associação dos Cacauicultores de Linhares, que foi de suma importância para colocar o cacau capixaba em mercados competitivos, promovendo sustentabilidade e qualidade (Barbosa; Valente, 2021).

[1] Como já abordamos, juventude é o grupo populacional que possui entre 15 e 29 anos (Brasil, 2013).

E quando falamos em sustentabilidade, considerando sua ênfase ambiental, vemos que esse é outro fator que constantemente está atrelado à discussão de Indicação Geográfica. Mas também devemos considerar a importância da juventude nesse processo. Por isso dedicamos a próxima seção para tratar disso.

2.5. Indicação Geográfica, meio ambiente e juventude

Na discussão precedente demonstramos a relevância da juventude rural na gestão e continuidade das Indicações Geográficas (IGs) por meio da participação em cooperativas e associações. Para além da governança, a juventude desempenha um papel estratégico em outra dimensão central: a garantia de que a IG atue como um vetor de conservação ambiental.

Vimos que processo de registro de uma IG exige a descrição detalhada do produto ou serviço, incluindo métodos de produção, matérias-primas e fases de processamento. Tais aspectos ressaltam a particularidade territorial e colaboram para a valorização de ativos diferenciados (INPI, 2023; Pereira et al., 2025). Consequentemente, percebemos que a IG pode atuar como ferramenta de preservação da biodiversidade, do conhecimento tradicional e da cultura local. Essa proteção estende-se aos recursos naturais por meio da manutenção de paisagens, conservação do solo, proteção de recursos hídricos e promoção de técnicas sustentáveis (Pellin, 2019; Almeida et al., 2024). Nesse cenário, a inclusão de objetivos ambientais nos Cadernos de Especificações Técnicas é crucial para evitarmos que os interesses estritamente comerciais conduzam à descaracterização do território (Milano; Cazella, 2021). Apesar dessas potencialidades, a literatura também nos aponta riscos associados às IGs. A intensificação produtiva surge como um dos impactos negativos frequentes, manifestando-se na substituição de práticas tradicionais por sistemas mecanizados e intensivos em insumos químicos. Há, ainda, o risco de redução da variabilidade genética caso as variedades locais sejam substituídas por cultivares comercialmente mais produtivas. Embora possamos presumir que as IGs promovam resultados ambientais, sociais e econômicos positivos, tal relação nem sempre possui embasamento científico consolidado. Isso ocorre porque os estudos que temos sobre o desempenho ambiental das indicações são recentes e apresentam resultados contraditórios, reforçando a necessidade de aprofundarmos a relação entre IGs e sustentabilidade (Milano; Cazella, 2021)

Diante dessas incertezas, vemos que a juventude rural assume um papel mediador estratégico, especialmente no Alto Noroeste do Rio de Janeiro, como poderemos perceber. Pois os jovens contribuem para a salvaguarda de práticas culturais tradicionais ao mesmo tempo em

que incorporam novas formas de produção e gestão alinhadas à sustentabilidade. Essa atuação é fundamental para que a reconversão produtiva do território não resulte em degradação, mas sim na consolidação de um modelo de desenvolvimento que harmonize a valorização econômica com a preservação dos recursos naturais.

3. Metodologia

Nossa pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão de dimensões da realidade que não podem ser quantificadas. O foco da análise recai sobre significados, motivações, percepções e experiências dos sujeitos sociais (Minayo, 2014). Por isso, fazemos uso de um referencial teórico que conduz nosso olhar analítico e a interpretação do fenômeno que estudamos, sendo esse estudo teórico realizado durante toda etapa da pesquisa (Triviños, 1987).

Nosso estudo caracteriza-se como exploratório, visto que buscamos proporcionar maior familiaridade com o objeto e aprofundar a compreensão sobre a atuação da juventude rural na reconversão produtiva de cafés especiais no Alto Noroeste do Rio de Janeiro (Gil, 2002). Inicialmente, realizamos levantamentos preliminares e revisão bibliográfica, etapas fundamentais para identificar o estado da arte e delimitar o campo teórico da pesquisa (Lakatos; Marconi, 2003).

Quanto aos procedimentos empíricos, adotamos a entrevista semiestruturada como principal instrumento de coleta de dados. Essa técnica é reconhecida como apropriada para a obtenção de informações em pesquisas sociais e estudos de campo (Gil, 2002). Por meio das entrevistas, buscamos captar trajetórias, percepções e experiências relacionadas às transformações produtivas, ao papel da juventude e às expectativas em torno da valorização do café local (Minayo, 2014).

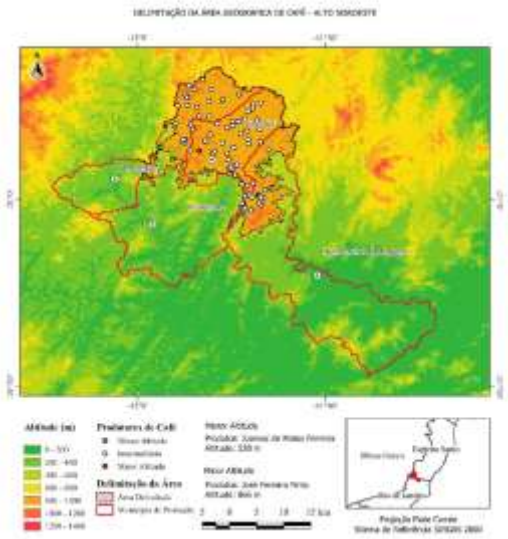
Adicionalmente, realizamos as entrevistas durante visitas às propriedades rurais, o que permitiu a observação direta das práticas produtivas e da efetiva participação dos jovens nas atividades agrícolas. Com a transcrição das entrevistas, procuramos fazer uma análise interpretativa, articulando os relatos dos entrevistados à literatura que revisamos para a compreensão das dinâmicas sociais e produtivas da região.

5. Discussão dos resultados

A área geográfica demarcada para a Denominação de Origem (DO) dos cafés especiais do Alto Noroeste do Rio de Janeiro inclui, inicialmente, quatro municípios da região: Bom

Jesus do Itabapoana, Varre-Sai, Porciúncula e Natividade. Por se tratar de uma DO, é importante frisarmos que a delimitação dessa área não se baseou em critérios geopolíticos, mas em dados técnicos, sobretudo os de natureza edafoclimática, buscando-se a uniformização das condições consideradas adequadas à produção de cafés de qualidade na região. Outros fatores igualmente relevantes foram considerados nesse processo, como as práticas de beneficiamento, armazenamento, processamento e comercialização. A conformação territorial que abarca esses quatro municípios apresenta grande similaridade em diversas características, como elevadas altitudes, topografia acidentada, tipos de solo, clima e aspectos culturais que, em conjunto, conferem ao território particularidades que o destacam como importante região produtora de café especial no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil (Figura 1).

Figura 1: Delimitação geográfica do Alto Noroeste do Rio de Janeiro



Fonte: Vieira *et al*, 2025

Ao observamos a região do Alto Noroeste do Rio de Janeiro, percebemos na juventude um protagonismo crescente na produção de cafés especiais. Trata-se de uma mudança que começou a se intensificar no início dos anos 2000 e que, nos dias atuais, mantém nos jovens a expectativa de continuidade dessa produção. Além da tradição e da sucessão familiar presentes no cultivo do café na região, podemos notar que essa atividade vem sendo transmitida por gerações ao longo de quase dois séculos, processo ao qual a imigração italiana também contribuiu significativamente.

Isso já podemos observar pelo que nos foi falado pelo primeiro produtor entrevistado, do distrito de Santa Clara, em Porciúncula/RJ, que nos relatou representar a sexta geração de uma família de cafeicultores. Em 2007, quando era ainda jovem (com pouco mais de 20 anos), nos afirmou ter tido uma experiência marcante ao descobrir que seu café era classificado como "bebida mole", um nível de qualidade que até então desconhecia. A partir desse momento, sentiu-se motivado a buscar melhorias constantes em sua lavoura e, em 2015, conseguiu alcançar seu objetivo de produzir um café que ultrapassasse 80 pontos (pontuação mínima para o café ser considerado especial) nos atributos de qualidade estabelecidos pela Specialty Coffee Association, entidade internacional que define os parâmetros para a classificação de cafés especiais. Essa conquista elevou as expectativas do produtor sobre o potencial produtivo de sua família, o que pode ser observado nas premiações que seus cafés vêm recebendo em concursos, tanto nos Concursos de Cafés Especiais do Rio de Janeiro quanto no Rio Coffee Nation. E essa motivação do produtor, que quando jovem, já apostou na produção de cafés especiais, nos retrata o poder de transformação da juventude rural nas atividades desenvolvidas na propriedade da família, conforme podem nos afirmar Castro (2009) e Troian (2018), mesmo que esse produtor já tivesse mais autonomia de sua propriedade, sem seu pai determinando suas decisões.

Outro produtor de Santa Clara também nos destacou o crescimento e a valorização do café de sua família, especialmente a partir de 2018, durante a primeira Mostra de Cafés Especiais do Alto Noroeste do Rio de Janeiro. Nesse momento, ele percebeu o potencial dos grãos locais ao observar o interesse de consumidores e especialistas, que passaram a incentivar a produção de cafés especiais na região. A partir daí, seus cafés passaram a ser reconhecidos em concursos e, em 2019, recebeu o título de melhor café no Concurso de Cafés Especiais do Estado do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que sua família produz café desde o tempo das bisavós desse produtor, de origem italiana, sendo que a marca comercial utilizada carrega o sobrenome italiano da família. Atualmente, a continuidade dessa tradição nos foi também expressada na participação do filho desse produtor, que vem participando de eventos do setor e buscando aprimoramento técnico para melhorar a qualidade do café produzido pela família. Isso nos mostra a importância desse jovem ao agregar novos valores ao café da família, mas mantendo o pertencimento de produzir cafés tais como faziam os tataravós do mesmo, como Kummer (2013) nos corrobora, ao tratar da importância da juventude rural justamente nesses aspectos de agregação de valor e pertencimento.

Podemos notar outro exemplo significativo de sucessão familiar em Bom Jesus do Itabapoana. Um jovem produtor nos relatou que a marca do café da família remete ao seu

tataravô, que já produzia café na região no século XIX. Ele nos relembrou o período em que, na época de seu avô, os grãos de menor qualidade eram destinados ao consumo próprio, enquanto os melhores grãos eram comercializados. Com a valorização recente dos cafés especiais na região, essa lógica foi transformada e o produtor passou a investir na qualidade e a participar de concursos. Esse processo teve início após sua formação no curso técnico em Agropecuária no IFF *campus* Bom Jesus do Itabapoana, incentivado por um professor e por uma agente extensionista do escritório da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) do referido município. Em 2021, seu café foi selecionado para o concurso estadual de cafés especiais e alcançou a maior pontuação já registrada no estado até o momento (90,5 pontos), consolidando sua posição como um dos principais produtores da região. A realidade desse produtor nos permite fazer um contraponto a abordagem inicial dos estudos sobre juventude rural (que trata da trajetória do jovem rural que sai da sua localidade em busca de melhores condições de vida na cidade), tal como apontou Santos (2019), demonstrando que o fato desse produtor ter estudado na zona urbana do município ao qual pertence, permitiu que o mesmo regressasse para seu local de origem e pudesse mudar e melhorar o nível de produção dos cafés que sua família produzia na propriedade deles.

Em Varre-Sai, também foi possível observarmos a forte presença da tradição familiar associada ao protagonismo de jovens produtores. Na propriedade que visitamos, fundada em 1927 pelo bisavô dos atuais proprietários, dois irmãos jovens, a produção continua sendo conduzida pela família, com a participação ativa das esposas (desses irmãos) nas atividades relacionadas ao cultivo, seja na produção tradicional, gourmet ou especial. Um dos irmãos nos relatou que acompanhou desde cedo o trabalho do pai[2] e, ao perceber o potencial do café especial por volta de 2015, decidiu investir nessa direção. Ao participar de concursos promovidos por especialistas, teve a satisfação de ver o nome do pai entre os vencedores, o que reforçou sua motivação para seguir na atividade. Desde então, continua participando de competições locais, estaduais e internacionais, acumulando premiações e reconhecimento pela qualidade de seus cafés. O caso dessa família nos reforça a importância do engajamento dos atores na produção de café, característica importante para a própria IG na região, como apontaram Milano e Cazella (2021). Além disso, a importância desse engajamento ser feito justamente por jovens (principalmente pensando na IG), como nos destaca Silva et al. (2022),

[2] Tal como mencionou Martins (2020), na primeira seção de nosso artigo.

quando fala do papel da juventude no processo de associativismo/cooperativismo[3]. Considerando ainda que essa é uma das principais famílias produtoras de café na região e com uma das melhores estruturas (produzindo e comercializando mudas de café para outros produtores da região, inclusive), cujo exemplo pode fortalecer a IG dos cafés do Alto Noroeste do RJ, principalmente no que tange a gestão da mesma.

Essas realidades nos demonstram que a permanência dos jovens na produção de cafés de qualidade se enquadram na abordagem contemporânea que contrapõe as ideias de projeto individual ou de projeto familiar dessa categoria, conforme proposto por Martins (2020). Isto posto, podemos observar nas realidades compartilhadas que, mesmo para os produtores que adquiriram autonomia da forma de produzir que seus pais faziam anteriormente (sendo responsáveis pela produção de cafés especiais na família), principalmente na própria gestão da propriedade (como no caso de um dos produtores de Varre-Sai e um dos produtores de Porciúncula), esses produtores seguem a tradição centenária de suas famílias na produção do café, mesmo com um projeto mais individual. Para um produtor de Porciúncula, que seu filho ainda participa da produção de café junto ao pai, assim como para um produtor de Bom Jesus, cuja sua produção envolve outros membros da família (pais e irmãos) e em área que pertence ainda aos pais, podemos observar que o protagonismo desses dois jovens envolve um projeto familiar. Isso nos mostra as diferentes formas como os jovens são tratados numa mesma região e suas diferentes trajetórias individuais e sociais, que determinam as escolhas e estratégias de vida dos mesmos (Favareto, 2025).

Além do protagonismo juvenil na produção de cafés especiais, sobretudo nos cafés mais premiados da região, podemos observar que a expansão da produção de qualidade tem contribuído no processo da substituição gradual da pecuária extensiva, tradicionalmente presente no território, por lavouras de café[4]. Esse movimento permite maior cobertura do solo em comparação às áreas de pastagem e aponta para um processo de reconversão produtiva.

[3] Principalmente em se tratando da Associação dos Produtores de Café Especial do Alto Noroeste do Rio de Janeiro (ACEAN/RJ), criada em 2023 para essa finalidade da Indicação Geográfica.

[4] Esse processo foi analisado por Neves (2024), ao mostrar que, na década de 1940, os cafeicultores do estado do Rio de Janeiro (re)organizaram-se como cafeicultores-pecuaristas, formando cooperativas e investindo em estruturas voltadas à pecuária, em detrimento da produção cafeeira. Já na década de 1960, uma política federal de erradicação dos cafezais contribuiu para o declínio da cultura, com a pecuária assumindo papel predominante na economia fluminense. Essa situação permaneceu até a década de 1970, quando, por intervenção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), houve estímulo à retomada da produção, embora apenas em localidades consideradas mais adequadas em termos de solo, clima e topografia como Varre-Sai, em Natividade; Rosal, em Bom Jesus do Itabapoana; e Santa Clara, em Porciúncula viram a cafeicultura ressurgir como atividade econômica significativa (Neves, 2024).

Além disso, a presença dessas lavouras na região nos faz considerar ser esse um contraponto à ideia de Milano e Cazella (2021), de que a IG promove a intensificação do solo e a redução da variabilidade genética. Mesmo considerando que a produção de café na região pressupõe o monocultivo e, que o próprio processo da Indicação Geográfica em questão indica o cultivo de somente duas variedades mais adaptadas à região, não podemos negar que os jovens cafeicultores da região vem buscando adotar o manejo mais sustentável de suas lavouras e que esse manejo é mais um fator favorável para a IG, como sinalizaram Almeida et al. (2024). Além disso, devemos mencionar a importância da iniciativa Conexão Mata Atlântica que foi implementada na região, fortalecendo a conservação e o plantio de árvores nativas no meio ou próximas às lavouras de café (Conexão Mata Atlântica, 2019). Isso reforça o estudo de Silva et al. (2025), quando nos afirmam que sistemas de café manejados de forma mais sustentável podem aumentar a biomassa microbiana do solo, favorecer a biodiversidade e ampliar a resiliência dos sistemas produtivos, sobretudo em regiões sujeitas a pressões ambientais e climáticas, como é o caso do Alto Noroeste do Rio de Janeiro, que apesar de ficar em uma parte mais alta da referida região, ainda assim sofre com as altas temperaturas e com o déficit hídrico que são recorrentes no Noroeste Fluminense (Martorano et al., 2023)

Os casos que analisamos indicam que a reconversão produtiva observada na região não resulta apenas de mudanças econômicas ou institucionais, mas da atuação dos jovens como mediadores entre saberes tradicionais e novas racionalidades produtivas orientadas pela qualidade e pela valorização territorial. Embora a realidade do Alto Noroeste do Rio de Janeiro ainda demanda investigações mais aprofundadas, nossos resultados já permitem apontar caminhos analíticos que evidenciam a importância da juventude nas transformações em curso.

5. Considerações finais

Podemos evidenciar com esse estudo que a juventude rural do Alto Noroeste do Rio de Janeiro ocupa uma posição fundamental nas transformações produtivas em curso na região. Mais do que garantir a continuidade geracional das atividades agrícolas, os jovens têm possibilitado a consolidação da reconversão produtiva em curso, principalmente na produção de cafés especiais, contribuindo para a qualificação da produção, para a incorporação de novos conhecimentos técnicos e para o fortalecimento das estratégias coletivas ligadas à construção da Indicação Geográfica.

A principal contribuição de nossa pesquisa reside na demonstração de que a atuação do jovem ressignifica a relação entre produção e meio ambiente, transformando a sustentabilidade

em prática cotidiana e atenuando o impacto da pecuária extensiva. Por outro lado, nosso estudo também ampliou a discussão mais atual dos estudos sobre juventude rural, destacando as diferentes formas como esses atores conseguem permanecer no território analisado, mesmo que, com suas peculiaridades, todos os exemplos remetem a casos de sucessão familiar: seja ainda cuidando da lavoura na mesma área dos pais ou, quando adquirem a própria terra (e/ou herdam a propriedade da família), continuam no mesmo segmento de atividade. Além disso, mostramos em nosso estudo um nítido exemplo da diferença entre o fim da juventude para os jovens urbanos (a partir do momento que começam a trabalhar) e para os jovens rurais (cuja essa etapa da vida só termina após o casamento, uma vez que desde cedo já trabalham ajudando os pais).

Como perspectivas para pesquisas futuras, recomendamos a realização de estudos comparativos com outras regiões cafeeiras sob regime de IG, a fim de que possamos analisar os padrões de engajamento e permanência dos jovens no campo, assim como se os impactos ambientais observados podem se repetir em diferentes contextos geográficos e sociais e, o papel da juventude na mitigação desses impactos.

Referências

ALMEIDA, Áfia Suely Santos da Silva; SOUZA, Vládia Silva; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; FALCÃO, Elsine Carneiro. Turismo de base comunitária e indicação geográfica: uma abordagem participativa para o desenvolvimento socioambiental local. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 24, n. 3, p. 94–113, 2024.

BARBOSA, Patrícia Maria da S.; VALENTE, Maria Emília Rodrigues. Considerações sobre sinais distintivos de uso coletivo: indicações geográficas, marcas coletivas e a possibilidade de valorização de uma coletividade. *Revista do INCAPER*, v. 11, n. 12, p. 61–78, 2021.

BARCELLOS, Sergio Botton. *A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social*. 2014. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARCELLOS, Sergio Botton. As políticas públicas para a juventude rural: o PRONAF-Jovem em debate. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 48, p. 149–173, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Portaria INPI/PR nº 4, de 12 de janeiro de 2022. Brasília, 2022.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude.

MENEZES, Marilda Aparecida; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (org.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília, 2014.

CALDAS, Alcides dos Santos; ARAÚJO, Cristiano Cassiano de; COURY, Rafael de Lira Mansur. As indicações geográficas como estratégia de desenvolvimento territorial: desafios e potencialidades no distrito de Maragogipinho, Aratuípe (BA). *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 3, n. 38, p. 81–108, 2017.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
CASTRO, Elisa Guarani de (org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guarani de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guarani de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 7, n. 1, p. 179–208, 2009.

CERDAN, Claire; DELFOSSE, Claire; WILKINSON, John. *Pluralité des signes de qualité et ajustements institutionnels: regards croisés entre la France et le Brésil*. 2009.

CONEXÃO MATA ATLÂNTICA. Produtores e parceiros participam da celebração dos Pagamentos por Serviços Ambientais em Varre-Sai. 2019. Disponível em: https://conexaomataatlantica.mctic.gov.br/cma/noticias/produtores-e-parceiros-participam-da-celebracao-dos-pagamentos-por-servicos-ambientais-em-varre-sai. Acesso em: 28 mar. 2026.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R. As experiências de indicações geográficas no Brasil Meridional e a agricultura familiar. In: FROEHLICH, J. M. (org.). *Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo*. Ijuí: Unijuí, 2012. p. 225–262.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. *Tempo da Ciência*, v. 20, n. 39, p. 201–220, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, p. 94–112, 2021.

MARTORANO, Lucieta Guerreiro et al. *Aspectos climáticos do Noroeste Fluminense, RJ*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2003. 31 p. (Documentos, n. 43).

MENEZES, Priscylla Karoline de. Educação geográfica para as juventudes: sentidos e significados. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 15, n. 25, p. 5–17, 2025.

MILANO, Marja Zattoni; CAZELLA, Ademir Antônio. Environmental effects of geographical indications and their influential factors. *Current Research in Environmental Sustainability*, v. 3, 2021.

NEVES, Delma Pessanha. *Cafeicultura e pecuária: quadros institucionais, interesses coletivos e reprodução social (Noroeste do estado do Rio de Janeiro)*. Niterói: Alternativa, 2024.

PELLIN, Valdinho. Indicações geográficas e desenvolvimento regional no Brasil. *Interações*, v. 20, p. 63–78, 2019.

PEREIRA, Rosemir Santana da Silva; MELLO, Andrea Hentz de; CHAGAS, Maria Liduína das. Indicação geográfica como estratégia sinérgica para o desenvolvimento regional: avaliação do potencial do cacau de Novo Repartimento (PA). *Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades*, v. 14, n. 5, 2025.

PERES, T. H. de A. Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. *Civitas*, v. 5, n. 1, p. 109–126, 2005.

SALDANHA, C. B. et al. Overview of Brazilian geographical indications. *Journal of Sustainable Development*, v. 16, p. 119–135, 2023.

SANTOS, A. S. Condições das juventudes rurais na contemporaneidade: da migração às políticas públicas. *Cadernos de Ciências Sociais*, v. 14, 2019.

SILVA, D. T. et al. Coffee production and geographical indications: an analysis of the world panorama and the Brazilian reality. *Journal of Sustainable Development*, v. 16, p. 47–62, 2023.

SILVA, Eliana Teixeira da et al. O papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar. *Cadernos Macambira*, v. 7, n. esp., 2022.

SILVA, Laura Camila Vanessa Pesellin et al. Sustentabilidade na produção de café: uma análise bibliométrica da literatura científica internacional. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 10, p. 1–22, 2025.

SIMÃO, Mário Pires. *Cartografias de jovens como sujeitos políticos: dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SIMÃO, Mário Pires. Juventude, território e cultura: um debate sobre os jovens de origem popular. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 8, p. 1–14, 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações*, v. 19, n. 4, p. 789–802, 2018.

VENÂNCIO, Maria Fernanda Daltro et al. Indicações geográficas e suas contribuições para as políticas públicas regionais. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 9, p. 15482–15499, 2023.

VIEIRA, Lucas Moretz-Sohn David et al. Cafés especiais do Alto Noroeste do Rio de Janeiro: denominação de origem e o reconhecimento do produto local. In: CERIZZA, Andréia de Alcantara; LEMKE, Huarley Pratte; SACCONI, Eder José da Costa (org.). *Origem BR 2: estruturação – edital SETEC/MEC nº 03/2022 de promoção às indicações geográficas*. São Paulo: IFSP, 2025. p. 121–139.